

Clipping Diário

TJPI



25.10.2018



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Meio Norte	25.10.2018	-	-

TJ desbloqueia conta do Governo do Estado após pagamento de R\$ 48 mi

Tribunal de Justiça (TJ) do Piauí desbloqueou, na quarta-feira, as contas do Governo do Estado após a retirada de R\$ 48 milhões para o pagamento de dívidas judiciais (precatórios) relativos aos meses de junho, julho, agosto e setembro, informou o governador Wellington Dias (PT).

“Após a retirada dos R\$ 48 milhões, as contas do Governo do Estado foram desbloqueadas. Esses R\$ 48 milhões farão falta para as finanças do Estado. Nós tivemos o bloqueio até esse determinado valor”, falou Wellington Dias.

Segundo ele, o Governo do Estado entende que a nova lei aprovada para execução no ano de 2018 até 2024, quando a gente pega o montante do valor acumulado de precatórios e pelos anos, repassando ao Tribunal de Justiça 1,3% da receita corrente líquida do Estado, o Governo cumpriu a Lei da Meta dos Precatórios e passou a trabalhar assim, mas a Justiça acha que tem que repassar 1,8% da receita líquida, o que o Governo do Estado não tem condições de repassar esse valor.

“Por isso, o Tribunal de Justiça fez o bloqueio na conta do Governo do Estado para o pagamento da diferença, no valor de R\$ 48 milhões. É um valor que termina desestruturando todo o nosso planejamento porque nós tínhamos trabalhado. Entramos agora com um recurso e esperamos que tenhamos um acordo, um entendimento pela Justiça, para cumprir a lei. Eu defendo que a posição da Secretaria Estadual de Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado está correta”, afirmou Wellington Dias.

Wellington Dias afirmou que no dia 6 de novembro terá uma reunião dos governadores, secretários estaduais de Fazenda e procuradores com o Governo Federal no Supremo Tribunal Federal (STF), com o ministro Ricardo Ricardo Lewandowski, que é relator do processo dos Estados contra a União, que retirou da cota-parte do Fundo de Participação mais de R\$ 14 bilhões.

Wellington Dias afirmou que tinha uma decisão prevendo que a partir da receita do mês de setembro, que seria recebida neste mês de outubro, não haveria mais esse artifício de retenção pela União da cota-parte dos Estados.

“O que foi que aconteceu? O Governo Federal chegou a anunciar, com base, na Declaração de Receita, da Receita Federal, que teríamos 12% a mais, referente ao aumento da receita de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), da Declaração do Imposto de Renda (IR), de 12% a mais em nossa receita. Quando chega essa receita, ela vem com uma queda de 2%. Alguma coisa está errada. Então, ficou assegurado que no próximo dia 6 de novembro, na semana seguinte a esse feriado, nós vamos ter a presença do Governo Federal e dos Estados, perante ao Supremo, com o objetivo de ter uma espécie de conciliação. O Supremo vai tomar uma decisão. Isso é um crime gravíssimo, é um crime que precisa de uma resposta ágil porque desequilibra o Piauí e todos os Estados, o que dificultou a vida dos Estados e municípios”, afirmou Dias.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Oito Meia	25.10.2018	-	-

Bloqueio de recursos destinados à PMT não prejudicará o salário de servidores municipais

O prefeito Firmino Filho (PSDB) esteve na zona Sudeste de Teresina visitando a obra do novo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Teresina. Na oportunidade, conversou com o **OitoMeia** e falou sobre os recursos destinados à Prefeitura de Teresina que foram bloqueados pelo Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) referentes a contas do Estado que seriam para pagar precatório.

Acontece que o valor bloqueado foi de R\$ 48 milhões e deste montante há pouco mais de R\$ 7 milhões destinados à Prefeitura de Teresina e são recursos oriundos da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, do qual 1/4 do total, R\$ 19 milhões, são destinados aos municípios piauienses, depositados em uma única conta cujo CNPJ é do governo estadual.

Leia também: Teresina deixou de receber R\$7 milhões de ICMS devido ao bloqueio de contas do Estado

Na última quarta-feira (24/10), Firmino Filho esteve junto com o presidente da Associação Piauiense de Municípios, prefeito Gil Carlos, **reunido com o presidente do TJ-PI, desembargador Erivan Lopes**, para pedir que os recursos fossem liberados para os municípios, visto que os valores não entram nos precatórios do Governo do Estado. Após a reunião, Firmino espera uma resposta daquele Tribunal para os próximos dias.

“Ele [Erivan Lopes] ficou de nos dar uma resposta a cerca dessa questão. Acredito que a APPM deverá manter nas próximas 24 horas um contato com o TJ para saber qual a posição que será tomada”, destacou à nossa reportagem Firmino Filho que esclareceu ainda que o bloqueio não irá atingir diretamente o salário dos servidores municipais de Teresina, como se especulou no início.

“O salário não, mas o cotidiano financeiro da prefeitura claramente ficará abalado porque tem uma perda em torno de sete milhões de reais, que é uma quantia significativa. Isso dificulta já a operação financeira que se figura esta semana, pode-se dificultar na próxima também. Acho que as dificuldades que se abatem sobre a prefeitura exigem que os magistrados possam ver com um olhar mais célere em relação a essa questão”, concluiu Firmino.